26º ENANCIB
Encontro Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciência da Informação
A Amazônia na sociedade global em rede: assimetrias e potencialidades informacionais, tecnológicas e ambientais
Belém, Pará, 09 a 13 de novembro de 2026
Universidade Federal do Pará

ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO
ISSN 2177-3688

GT 11 – Informação & Saúde

INFORMAÇÃO E SAÚDE: INVISIBILIDADE DA PESCA ARTESANAL FLUMINENSE

INFORMATION AND HEALTH: *THE INVISIBILITY OF ARTISANAL FISHING IN RIO DE JANEIRO*

Leticia Souza da Costa Sampaio – Instituto de Comunicação e Informação Científica e Tecnológica em Saúde / Fundação Oswaldo Cruz (ICICT/Fiocruz)
Rosane Abdala Lins – Instituto de Comunicação e Informação Científica e Tecnológica em Saúde / Fundação Oswaldo Cruz (ICICT/Fiocruz)

Modalidade: Trabalho Completo

Resumo: As mudanças climáticas intensificam riscos à saúde e afetam de forma desproporcional povos e comunidades tradicionais. Entre esses grupos, destacam-se as comunidades pesqueiras tradicionais presentes na costa fluminense. Este estudo objetivou analisar a disponibilidade de informação territorial sobre essas populações no estado do Rio de Janeiro e discutir suas implicações para a adaptação climática em saúde. Trata-se de uma pesquisa documental e exploratória. Os dados coletados foram sistematizados e representados cartograficamente no QGis. Os resultados demonstram que, embora os instrumentos de adaptação reconheçam pescadores artesanais e povos tradicionais como populações vulneráveis, persistem importantes lacunas de informação territorial. Nos 27 municípios analisados, a pesca artesanal está amplamente distribuída, porém apenas Angra dos Reis e Paraty apresentam registros de automapeamento territorial. Como contraponto, destaca-se a experiência do Projeto Povos, que utiliza cartografia social e coprodução de informação para fortalecer a visibilidade territorial e a participação comunitária. Conclui-se que a ampliação e qualificação da informação sobre territórios pesqueiros são fundamentais para subsidiar ações de adaptação climática, promoção da saúde e justiça socioambiental.
Palavras-chave: mudanças climáticas; saúde; informação; comunidades tradicionais; pesca artesanal.

Abstract: Climate change intensifies health risks and disproportionately affects traditional peoples and communities. Among these groups, traditional fishing communities located along

the coast of Rio de Janeiro stand out. This study aimed to analyze the availability of territorial information on these populations in the state of Rio de Janeiro and discuss its implications for climate adaptation in health. This is a documentary and exploratory study. The collected data were systematized and cartographically represented using QGIS. The results show that, although climate adaptation instruments recognize artisanal fishers and traditional peoples as vulnerable populations, significant gaps in territorial information remain. Across the 27 municipalities analyzed, artisanal fishing is widely distributed; however, only Angra dos Reis and Paraty have records of territorial self-mapping initiatives. As a counterpoint, the study highlights the experience of the Projeto Povos, which employs social cartography and the co-production of information to strengthen territorial visibility and community participation. It is concluded that expanding and improving information on fishing territories is essential to support climate adaptation measures, health promotion, and socio-environmental justice.
Keywords: climate change; health; information; traditional communities; artisanal fishing.

1 INTRODUÇÃO

As mudanças climáticas constituem um dos principais desafios contemporâneos para a saúde pública, exigindo estratégias de adaptação e mitigação capazes de considerar as especificidades territoriais e sociais das populações expostas aos riscos ambientais. Em resposta ao agravamento dos impactos das mudanças climáticas, o Brasil vem estruturando instrumentos de planejamento voltados à adaptação climática. Entre eles destaca-se o Plano Clima (2024-2035), que estabelece objetivos, metas e ações voltados à redução de riscos climáticos, considerando os princípios da justiça climática, da participação social e da produção de informação para subsidiar a tomada de decisão (Brasil, 2025a). Conforme argumenta González de Gómez (2002), a informação participa dos processos de tomada de decisão e da definição das prioridades de intervenção pública. Assim, lacunas informacionais podem resultar em lacunas de governança, especialmente em contextos nos quais políticas públicas dependem da identificação territorial de grupos considerados prioritários.

Entre os grupos mais vulneráveis aos impactos das mudanças climáticas encontram-se os Povos e Comunidades Tradicionais (PCTs). O Decreto nº 6.040/2007, define os PCTs como grupos que se diferenciam por sua cultura e organização social e que se reconhecem como tais, ocupando e utilizando territórios e recursos naturais como condição para manutenção de seus modos de vida. Já os territórios tradicionais são aqueles ocupados por PCTs, sendo necessários para sua reprodução social, econômica e cultural (Brasil, 2007).

O Brasil reconhece, por meio do Decreto nº 8.750/2016, 29 segmentos de PCTs (Brasil, 2016). Entre esses povos, encontram-se as comunidades tradicionais pesqueiras, que assumem características diferentes e conformam comunidades com modos de vida próprios ao longo do

vasto território nacional. No litoral do sudeste, encontram-se as comunidades caiçaras, enquanto em outras regiões estão presentes os ribeirinhos, pantaneiros e outros PCTs que têm a pesca artesanal como elemento fundamental de seus modos de vida (Diegues, 1988; 2008).

Por toda a costa brasileira, a pesca artesanal é uma atividade importante, mas sobretudo no estado do Rio de Janeiro (RJ). No litoral fluminense, fortemente marcado pela cultura caiçara, é intrínseca a pesca artesanal como importante vocação econômica, posto que sua faixa litoral e complexos estuarinos e lagunares sustentam uma das redes mais tradicionais de pesca artesanal do país (Rio de Janeiro, 2019). Contudo, o setor enfrenta um histórico cenário de invisibilidade institucional. Conforme a organização Oceana Brasil (2020), o Brasil atravessa um apagão estatístico oficial de mais de uma década na gestão pesqueira.

Essa relação também pode ser compreendida a partir dos determinantes sociais da saúde. Buss e Pellegrini Filho (2007) destacam que as condições sociais, econômicas, culturais, ambientais e institucionais em que indivíduos e grupos vivem influenciam sua situação de saúde e sua exposição a riscos. No caso das comunidades pesqueiras, a dependência dos recursos naturais, as condições de trabalho, a degradação dos ambientes costeiros e a exposição a eventos climáticos extremos constituem dimensões que devem ser consideradas no planejamento das ações de adaptação e de vigilância em saúde ambiental. Dessa forma, a disponibilidade de informações territoriais qualificadas é importante para reconhecer populações expostas, orientar ações públicas e evitar que grupos socialmente vulnerabilizados permaneçam ausentes dos processos de planejamento.

O presente estudo é um desdobramento de uma pesquisa de tese de doutoramento cujo campo empírico se centra nas comunidades pesqueiras de São Pedro da Aldeia (RJ).

Objetiva-se aqui analisar a disponibilidade de informações territoriais sobre as comunidades pesqueiras artesanais do Rio de Janeiro e discutir suas implicações para a adaptação às mudanças climáticas e para a saúde. Também são objetivos deste estudo: (1) identificar a presença da pesca artesanal e sua representação em bases institucionais; (2) examinar a ocorrência de automapeamentos territoriais; (3) discutir as implicações das lacunas de informação para a identificação de populações vulneráveis, a vigilância em saúde ambiental e o planejamento de ações de adaptação; e (4) apresentar a coprodução de informações como uma alternativa para fortalecer a visibilidade territorial e a participação comunitária.

Para alcançar os objetivos propostos, este estudo exploratório de natureza documental

emprega análise espacial sobre um *corpus* empírico de 27 municípios do estado do Rio de Janeiro (25 municípios defrontantes com o mar e São Pedro da Aldeia e Iguaba Grande, por suas características sociais, culturais e hidrográficas ligadas à pesca em água salgada). O percurso metodológico abrange a extração de variáveis institucionais recentes na Plataforma de Territórios Tradicionais e no Registro Geral do Pescador, culminando na sistematização e representação cartográfica dessas informações no *software* QGIS para evidenciar as atuais assimetrias informacionais da pesca artesanal.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

A pesca artesanal no Brasil é vital para a segurança alimentar e a economia de comunidades tradicionais pesqueiras, como as comunidades caiçaras do sudeste brasileiro. Contudo, embora o setor responda por cerca de metade da produção nacional, ele enfrenta uma grave crise de gestão caracterizada pela ausência de dados estatísticos oficiais e marcos regulatórios para a atividade, que ainda enfrenta um declínio de diversos estoques pesqueiros devido à sobrepesca e aos efeitos das mudanças climáticas, especialmente nas regiões Sul e Sudeste (Oceana Brasil, 2020). Há, portanto, uma urgência por políticas públicas que garantam os direitos e a participação social dos pescadores e promovam a sustentabilidade ambiental.

No Brasil, há 1.650.247 pescadores profissionais registrados no Sistema PesqBrasil Registro Geral de Pescadores (RGP) ao longo de todos os estados brasileiros, cobrindo 72,8% do total de municípios. No estado do Rio de Janeiro há 17.954 pescadores com RGP (Brasil; Ministério da Pesca e Aquicultura, 2025). No entanto, estima-se que 2 milhões de pessoas sejam pescadores e pescadoras artesanais no Brasil, o que demonstra a subnotificação da atividade e a necessidade de políticas específicas voltadas para seus territórios (León, 2025).

Em vista disso, foi elaborado o Projeto de Lei (PL) nº 131/2020, ainda em fase de tramitação e sujeito à aprovação do Plenário, cuja defesa e aprovação foram elencadas como prioridades no 1º Plano Nacional do Pescador Artesanal, para conter o avanço de grandes empreendimentos, como os de energia e da forte especulação imobiliária (León, 2025). A proposição define as comunidades tradicionais pesqueiras como grupos que, fundamentados no critério de autoidentificação, possuem a pesca artesanal como elemento estruturante de seu modo de vida, baseando suas dinâmicas socioeconômicas em saberes ancestrais e no usufruto compartilhado dos recursos naturais (Brasil, 2020). Consequentemente, o referido projeto visa salvaguardar os territórios pesqueiros, compreendidos de forma ampla como a junção

indissociável da terra, do mar, das roças e dos espaços de manifestação cultural, por meio de procedimentos formais de identificação, demarcação e titulação (Brasil, 2020; León, 2025).

No campo da saúde coletiva, os determinantes sociais da saúde evidenciam que fatores territoriais, econômicos e institucionais influenciam diretamente as condições de vida, a exposição a riscos e o acesso a direitos (Buss; Pellegrini Filho, 2007). Em cenários de mudanças climáticas, a disponibilidade e a circulação de informações territoriais tornam-se condições essenciais para a Vigilância em Saúde Ambiental, identificando populações vulneráveis, orientando estratégias do AdaptaSUS e promovendo a justiça de dados em saúde.

As mudanças climáticas e a consequente intensificação de eventos extremos exercem impactos profundos e multifacetados sobre a saúde, a segurança e a subsistência das comunidades pesqueiras tradicionais. Historicamente submetidos a condições de grande vulnerabilidade socioambiental e ao constante perigo de vida no mar, esses povos enfrentam ameaças crescentes que podem até mesmo forçá-los à condição de refugiados ambientais em virtude da elevação do nível do oceano (Torres; Giannella, 2020). Segundo Albernaz (2023, p. 14): “A primeira indicação da influência da variabilidade climática na pesca está justamente atribuída ao fenômeno El Niño”. Conforme entrevista concedida por Thiago Mendes, coordenador de pesquisa do Projeto Costão Rochoso (iniciativa colaborativa entre pesquisadores da UFF e UFRJ), há grande preocupação de que o fenômeno *El Niño* previsto seja o mais severo já documentado. Caso as estimativas se confirmem, o superaquecimento das águas poderá gerar efeitos catastróficos para a biodiversidade da costa do Rio de Janeiro, incluindo o branqueamento em massa de corais e a redução drástica de espécies essenciais para a manutenção da atividade pesqueira e para o sustento das populações locais (Tribuna, 2026).

Em paralelo, a saúde das comunidades pesqueiras também é posta em risco. A zona costeira do estado do Rio de Janeiro é considerada uma área de risco potencial de vulnerabilidade diante das mudanças climáticas. Impactos como mudança dos ventos, mudança de temperatura das águas e elevação do nível do mar, coloca os PCTs da costa fluminense em risco. Esse quadro de injustiça e degradação é ainda acentuado pela exposição contínua a poluentes, efluentes industriais e metais pesados acumulados nas áreas de pesca, elevando o risco de doenças graves na comunidade, como transtornos cognitivos e câncer (Euzebio, 2024), o que torna urgente uma gestão pública que estruture políticas de adaptação e mitigação

eficazes para proteger a vida e modos de vida dessas populações vulneráveis. No entanto, para que isso seja possível, é necessário que haja informação sobre essas comunidades.

A invisibilidade das comunidades pesqueiras artesanais pode ser compreendida sob o prisma da pobreza informacional conceito que descreve a condição de sujeitos ou grupos socialmente marginalizados que, além da privação de recursos materiais, vivenciam o insulamento e o desprovimento de informações essenciais para a garantia de seus direitos (Chatman, 1996). No contexto dos povos e comunidades tradicionais, a pobreza informacional é também alimentada por regimes de informação hegemonicamente centralizados (González de Gómez, 2002; 2012). Um regime de informação atua como uma ferramenta transversal para analisar as relações entre informação, política e poder, definindo quem são os sujeitos, as organizações e os recursos informacionais preferenciais em dada formação social (González de Gómez, 2002; 2012). Nesse sentido, a atual escassez de dados sobre as comunidades pesqueiras caiçaras reflete um regime de informação hegemonicamente centralizado, que privilegia o setor produtivo industrial, enquanto omite e invisibiliza as dinâmicas socioecológicas dos territórios tradicionais da pesca artesanal. Essa pobreza informacional estrutural imposta a esses grupos agrava severamente as iniquidades nos determinantes sociais e ambientais da saúde, uma vez que as condições de vida, a exposição a riscos e as fragilidades territoriais permanecem subnotificadas e alijadas das políticas públicas (Chatman, 1996; Buss; Pellegrini Filho, 2007). Portanto, a equidade sanitária e a justiça ambiental e climática pressupõem inexoravelmente a justiça de dados, garantindo que populações vulneráveis sejam ativamente integradas aos sistemas de planejamento e à vigilância em saúde ambiental.

A coleta e a divulgação de informação sobre a pesca artesanal são questões que enfrentam profundas precariedades no mundo todo, uma vez que a prioridade de atenção é a pesca industrial. Informações biológicas e socioeconômicas da pesca artesanal são profundamente escassas. Há um desconhecimento profundo sobre as formas de organização dos pescadores artesanais, renda, condições de habitação, técnicas etc. Sendo responsável por mais da metade do pescado brasileiro, a pesca artesanal é fundamental para a segurança alimentar das comunidades pesqueiras e para a geração de renda dessa parcela da população que se encontra entre as camadas mais pobres (Vasconcellos, Diegues, Sales, 2007).

Além disso, as próprias características da pesca artesanal tornam o seu monitoramento uma difícil tarefa. As comunidades pesqueiras tradicionais perfazem grupos de diferentes

características sociais, culturais e também quanto ao território que ocupam. Os caiçaras, no Sudeste e os ribeirinhos, no Norte, são ambos segmentos de PCTs que atuam na pesca artesanal de formas diferentes. As técnicas tradicionais empregadas também dificultam os mapeamentos, pois a pesca artesanal captura uma fartura de espécies diferentes, envolvem diferentes recursos e técnicas. Todos esses fatores fazem com que um levantamento profundo de toda a pesca artesanal e suas comunidades seja inviável, por demandar um alto custo e esforço. É diante disso que outros países passaram a olhar para a participação comunitária e monitoramento coletivo como uma possível solução (Vasconcellos, Diegues, Sales, 2007).

A Política Nacional do Desenvolvimento Sustentável da Aquicultura e Pesca, instituída pela Lei nº 11.959/2009, que representa o principal instrumento normativo para a atividade pesqueira, objetiva "[...] o desenvolvimento socioeconômico, cultural e profissional dos que exercem a atividade pesqueira, bem como de suas comunidades" (Brasil, 2009, n. p.). Apesar disso, os pescadores artesanais são vistos, no ordenamento jurídico brasileiro, mais como um segmento de trabalhadores do que como um segmento de PCTs. Segundo Almeida (2018), o Estado brasileiro apresenta imensa dificuldade em reconhecer os pescadores artesanais como um grupo que tem cultura, territorialidade e modos de vida próprios.

A falta de informação sobre a pesca e os pescadores artesanais é um grave entrave ao acesso a direitos e à justiça socioambiental. No contexto agravado pelas mudanças climáticas, é urgente pensar em medidas para proteger os direitos desses povos e salvaguardar a saúde socioambiental de seus territórios tradicionalmente ocupados.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Trata-se de um estudo exploratório e descritivo, de natureza documental, com análise espacial. De acordo com a delimitação oficial do IBGE (2024), o estado do Rio de Janeiro possui 25 municípios defrontantes com o mar. Contudo, para responder ao objeto de estudo, o *corpus* foi estendido para 27 municípios mediante a inclusão de São Pedro da Aldeia e Iguaba Grande. Essa inclusão justifica-se por critérios socioecológicos e hidrográficos: ambos os municípios integram o complexo estuarino da Lagoa de Araruama (um ecossistema único, sendo a maior laguna hipersalina em estado permanente do mundo e que é diretamente conectado ao oceano) possuindo expressiva presença histórica da pesca artesanal em água salgada e dinâmicas de uso do território análogas às da faixa costeira contígua.

A coleta de dados foi realizada entre os dias 20 e 25 de maio de 2026. Foram utilizadas as seguintes variáveis categóricas: presença de pesca artesanal, quantitativo de pescadores registrados e ocorrência de automapeamento de territórios de comunidades pesqueiras e caiçaras no estado do Rio de Janeiro. Para o quantitativo, utilizou-se o Boletim do Registro Geral do Pescador (RGP) mais recente, referente a 2024 (Brasil; Ministério da Pesca e Aquicultura, 2025). A escolha dessa temporalidade justifica-se pela busca dos registros mais recentes disponíveis, refletindo o cenário atual e mitigando defasagens na representação populacional. Os dados de automapeamento foram extraídos da Plataforma de Territórios Tradicionais do Ministério Público Federal (MPF) (Brasil, 2026). É fundamental destacar que as bases utilizadas possuem limitações inerentes quanto à atualização contínua e completude das informações, o que explica parte do apagão estatístico e territorial identificado nos resultados.

Os dados foram organizados em banco de dados próprio no Excel, contendo os códigos municipais do IBGE e variáveis categóricas referentes à presença ou ausência de pesca artesanal, automapeamentos territoriais e demais estruturas associadas à atividade pesqueira. Posteriormente, os dados foram integrados à malha municipal do estado do Rio de Janeiro no *software* QGIS 3.40, por meio da associação entre os códigos territoriais e os atributos da tabela elaborada. Foi produzido um mapa temático destinado à representação espacial da pesca artesanal e da ocorrência de automapeamentos territoriais.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

São aqui apresentados e discutidos os resultados alcançados neste estudo, que estão divididos em três partes: a pesca artesanal nos instrumentos de adaptação climática; as lacunas de informação sobre comunidades pesqueiras no litoral fluminense; e a experiência do Observatório de Territórios Saudáveis e Sustentáveis da Bocaina (OTSS) como iniciativa de produção participativa de informações territoriais.

4.1 PESCA ARTESANAL NOS INSTRUMENTOS DE ADAPTAÇÃO CLIMÁTICA

A governança climática no Brasil é estruturada a partir de uma hierarquia de planos que, em tese, reconhecem os riscos à saúde e aos modos de vida de populações vulneráveis, como os pescadores artesanais. A Estratégia Nacional do Plano Clima Adaptação estabelece as diretrizes gerais para que estados e municípios formulem suas próprias respostas, incentivando a participação social por meio de mecanismos como a vigilância comunitária. O documento

destaca ainda que grupos socialmente vulnerabilizados apresentam menor capacidade adaptativa diante de eventos extremos, reforçando a necessidade de estratégias de monitoramento e gestão dos riscos. A partir da Estratégia Nacional, planos setoriais e temáticos detalham riscos, vulnerabilidades e ações necessárias (Brasil, 2025a).

No âmbito da saúde, o Plano Setorial de Saúde (AdaptaSUS) reconhece que os impactos climáticos recaem de forma desproporcional sobre populações que dependem diretamente dos recursos naturais para sua sobrevivência, incluindo pescadores artesanais tradicionais. O documento destaca que a interação entre eventos climáticos extremos e condições precárias de trabalho pode ampliar agravos à saúde, acidentes e vulnerabilidades socioeconômicas. Entre as ações propostas estão o fortalecimento dos sistemas de vigilância, o monitoramento integrado de riscos e o incentivo ao engajamento comunitário como estratégia para ampliar a resiliência dos territórios e dos sistemas de saúde (Brasil, 2025e).

Essa perspectiva também aparece no Plano Temático de Povos e Comunidades Tradicionais, que reconhece a pesca artesanal como atividade diretamente afetada pelos impactos climáticos. O documento prevê ações voltadas ao fortalecimento da sociobioeconomia, da segurança alimentar e da autonomia econômica dessas populações, incluindo iniciativas relacionadas à pesca artesanal, ao turismo de base comunitária e à gestão sustentável dos territórios (Brasil, 2025d).

De forma complementar, o Plano Temático de Biodiversidade destaca que alterações nos ecossistemas decorrentes das mudanças climáticas podem afetar espécies de valor socioeconômico e comprometer a segurança alimentar de populações dependentes da pesca. Entre os fatores de vulnerabilidade identificados estão a sobrepesca, a degradação ambiental e a ausência de estatísticas pesqueiras adequadas, reconhecendo explicitamente a necessidade de atenção aos pescadores artesanais e extrativistas (Brasil, 2025b).

Já o Plano Temático de Oceano e Zona Costeira incorpora a perspectiva da justiça climática ao reconhecer pescadores tradicionais, caiçaras, marisqueiras e outros povos costeiros como grupos particularmente expostos aos efeitos do aumento da temperatura dos oceanos, da elevação do nível do mar e da intensificação de eventos extremos. O documento identifica riscos relacionados à perda de serviços ecossistêmicos, insegurança alimentar, redução da capacidade adaptativa e alteração dos modos de vida associados ao uso tradicional dos recursos naturais (Brasil, 2025c).

Contudo, essa arquitetura federal encontra um obstáculo significativo na sua aplicação em nível estadual. No estado do Rio de Janeiro, o Plano de Adaptação Climática foi publicado em 2018 e ainda não foi atualizado. O Plano reconhece a elevada exposição da zona costeira fluminense a riscos climáticos e ressalta a importância da produção de informação para subsidiar estratégias de adaptação. Entretanto, embora mencione a pesca como atividade econômica fundamental para a zona costeira, não aborda especificamente as comunidades pesqueiras artesanais, nem os povos e comunidades tradicionais que dependem desses territórios. O documento destaca que a caracterização dos municípios e de suas atividades constitui etapa fundamental para a compreensão dos impactos e definição de respostas. O plano foca na caracterização ambiental dos municípios e em suas atividades econômicas, mas não avança sobre os aspectos sociais e culturais envolvidos (Rio de Janeiro, 2018).

Os documentos analisados demonstram que os pescadores artesanais das zonas costeiras figuram entre os grupos mais suscetíveis aos efeitos das mudanças climáticas. Entre os riscos identificados estão a redução dos estoques pesqueiros, a insegurança alimentar, a perda de serviços ecossistêmicos, os danos aos modos de vida tradicionais, a exposição a eventos hidrológicos extremos e os impactos sobre a saúde física e mental. Ao mesmo tempo, os próprios instrumentos de adaptação indicam que o enfrentamento desses desafios depende da produção de informação e da identificação de grupos vulneráveis. Nesse sentido, a existência de lacunas informacionais sobre comunidades pesqueiras pode representar um obstáculo à implementação das estratégias previstas nos planos de adaptação climática e saúde.

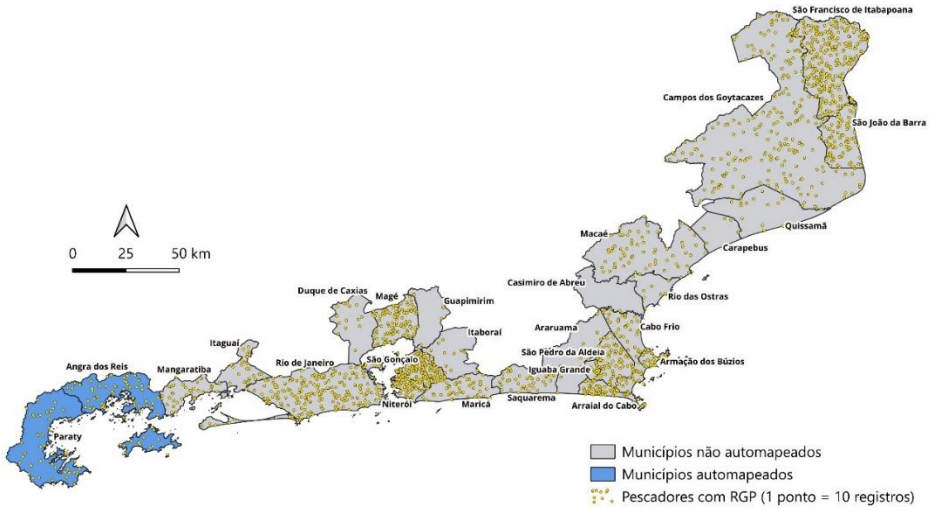
4.2 INFORMAÇÃO DE TERRITÓRIOS DE PESCA ARTESANAL NO LITORAL FLUMINENSE

A Plataforma de Territórios Tradicionais (PTT) é uma iniciativa interinstitucional, coordenada pelo Ministério Público Federal (MPF), com a participação do Conselho Nacional de Povos e Comunidades Tradicionais (CNPCT) e tem como objetivo “[...] reunir e sistematizar informações georreferenciadas sobre Territórios Tradicionais, sejam eles objeto de reconhecimento oficial ou não” (Brasil; Ministério Público, 2019, p. 1). Na PTT, estão mapeadas 62 comunidades autoidentificadas como caiçaras e 33 como de pesca artesanal.

Todas as comunidades caiçaras automapeadas pertencem à região sudeste, enquanto o município de Ubatuba foi o único a automapear uma comunidade de pescadores artesanais na região. As demais 32 comunidades de pescadores artesanais estão distribuídas nas regiões Nordeste (20), Sul (7), Norte (4) e Centro-Oeste (1). Dos municípios com comunidades caiçaras

ou de pescadores artesanais automapeadas, 30 estão localizados estritamente na costa brasileira (Mapa 1). Desses municípios costeiros, 9 possuem registo de comunidades autoidentificadas como caiçaras (todos concentrados na região Sudeste) e 21 registram comunidades de pescadores artesanais, que se encontram distribuídos pelas regiões Nordeste (16 municípios), Sul (4 municípios) e Sudeste (1 município). No Rio de Janeiro, apenas Angra dos Reis e Paraty aparecem na plataforma com comunidades caiçaras automapeadas.

Mapa 1 – Status de automapeamento na Plataforma de Territórios Tradicionais/MPF dos municípios costeiros do estado do Rio de Janeiro



Fonte: elaboração própria no QGis (2026), com base em dados da Plataforma de Territórios Tradicionais/MPF (Brasil, 2026) e IBGE (2024).

O Mapa 1 apresenta a situação dos municípios costeiros do estado do Rio de Janeiro em relação à presença de pesca artesanal e à existência de registros de automapeamento territorial na Plataforma de Territórios Tradicionais. Observa-se que a atividade pesqueira artesanal está distribuída ao longo de toda a costa fluminense, abrangendo os 27 municípios analisados. Entretanto, apenas os municípios de Angra dos Reis e Paraty apresentam registros de automapeamento de comunidades tradicionais, ambos associados a comunidades caiçaras localizadas na região da Costa Verde.

A distribuição espacial observada evidencia uma assimetria entre a presença da pesca artesanal e sua representação em bases públicas de informação. Municípios reconhecidos pela importância histórica e econômica da atividade pesqueira, como São Pedro da Aldeia, Arraial do Cabo, Cabo Frio, São João da Barra, São Francisco de Itabapoana e Rio de Janeiro, não apresentam registros de automapeamento na plataforma analisada. Essa ausência não indica a

inexistência de comunidades pesqueiras nesses territórios, mas evidencia limitações nos processos de registro, sistematização e disponibilização de informação sobre esses grupos.

A baixa representação territorial observada produz efeitos que vão além da ausência de registros cartográficos. As comunidades pesqueiras localizadas em municípios sem mapeamento tornam-se pouco visíveis para os sistemas de informação que subsidiam políticas públicas, programas de adaptação climática e estratégias de vigilância em saúde. Isso significa que territórios onde a pesca artesanal está presente podem não ser adequadamente considerados na definição de prioridades, na alocação de recursos ou na identificação de populações vulneráveis. Assim, a lacuna informacional identificada representa um fator que contribui para a invisibilidade institucional dessas comunidades e dificulta a garantia de seus direitos diante dos desafios impostos pelas mudanças climáticas e pela degradação ambiental.

O contraste torna-se ainda mais evidente quando comparado ao contingente de pescadores registrados no estado. Os municípios costeiros fluminenses concentram mais de 16 mil pescadores com Registro Geral da Pesca (RGP). Apesar disso, apenas duas localidades apresentam iniciativas identificadas de automapeamento territorial. Os resultados sugerem que a representação territorial disponível está distante de refletir a diversidade e a extensão dos territórios pesqueiros existentes no estado.

No RJ, um dos principais esforços de produção sistemática de informações sobre a pesca artesanal foi conduzido pela Fundação Instituto de Pesca do Estado do Rio de Janeiro (FIPERJ), por meio do Projeto de Monitoramento da Atividade Pesqueira no Estado do Rio de Janeiro (PMAP-RJ). Desenvolvido no âmbito do monitoramento pesqueiro associado à Bacia de Santos, o projeto passou a ser executado pela FIPERJ em parceria com a Petrobras, a partir de 2017, com o objetivo de acompanhar de forma contínua a produção pesqueira em locais de desembarque e comercialização previamente identificados. Além do monitoramento da produção, o projeto incorporou uma caracterização socioeconômica dos pescadores, buscando produzir informações capazes de subsidiar a gestão pública e o planejamento do setor pesqueiro fluminense (Rio de Janeiro, 2019).

Apesar da importância desse esforço, a abrangência territorial do PMAP-RJ não contempla a totalidade dos territórios pesqueiros fluminenses. Em sua configuração mais recente, o projeto concentrou-se em 15 municípios costeiros: Cabo Frio, Arraial do Cabo,

Araruama, Saquarema, Maricá, Niterói, São Gonçalo, Itaboraí, Magé, Duque de Caxias, Rio de Janeiro, Itaguaí, Mangaratiba, Angra dos Reis e Paraty (Rio de Janeiro, 2019).

A comparação com levantamentos anteriores mostra uma redução da área de cobertura. O Projeto de Caracterização Socioeconômica da Atividade Pesqueira realizado em 2014, abrangia municípios e ecossistemas posteriormente excluídos do monitoramento. Municípios como São Pedro da Aldeia e Iguaba Grande, reconhecidos por sua tradição pesqueira e inseridos em sistemas lagunares altamente sensíveis às mudanças ambientais, passaram a não compor a área monitorada pelo projeto (Rio de Janeiro, 2019).

Os resultados obtidos neste estudo reforçam essa problemática. Embora tenham sido identificados 27 municípios costeiros com presença de pesca artesanal e mais de 16 mil pescadores registrados no RGP, apenas Angra dos Reis e Paraty apresentaram iniciativas identificadas de automapeamento territorial. A discrepância entre a expressiva presença de comunidades pesqueiras e sua reduzida representação territorial sugere a existência de lacunas informacionais que podem dificultar a identificação de grupos vulneráveis, a avaliação de riscos climáticos e a implementação das estratégias previstas nos planos de adaptação em saúde. Nesse sentido, torna-se necessário fortalecer mecanismos de produção e atualização de informações capazes de representar a diversidade dos territórios pesqueiros fluminenses e subsidiar políticas públicas voltadas à saúde, à adaptação climática e à justiça ambiental.

4.3 UMA EXPERIÊNCIA DE COPRODUÇÃO E CARTOGRAFIA SOCIAL: PROJETO POVOS

O cenário apresentado nas seções anteriores indica que a disponibilidade de informação sobre comunidades pesqueiras artesanais e caiçaras permanece limitada, fragmentada e frequentemente dependente de iniciativas pontuais de pesquisa ou monitoramento. Diante dessas lacunas, experiências de coprodução do conhecimento e cartografia social têm se mostrado uma estratégia possível para produzir informações territorializadas capazes de subsidiar processos de adaptação climática e garantia de direitos.

Em contraponto ao cenário de invisibilidade e ao apagão de dados governamental, o Projeto Povos é um exemplo de uma iniciativa de coprodução de conhecimento e cartografia social. Desenvolvido no âmbito do Observatório de Territórios Saudáveis e Sustentáveis da Bocaina (OTSS), o projeto é fruto de uma parceria entre a Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) e o Fórum de Comunidades Tradicionais (FCT). Sua missão é funcionar como uma ferramenta de defesa do território, dando visibilidade às práticas culturais, aos modos de vida e aos conflitos

enfrentados pelos povos indígenas, quilombolas e caiçaras nos municípios de Angra dos Reis (RJ), Paraty (RJ) e Ubatuba (SP).

O projeto constitui uma medida de mitigação exigida pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) durante o processo de licenciamento ambiental federal relacionado à exploração de petróleo e gás na Bacia de Santos. Seu objetivo é produzir informações sobre comunidades tradicionais potencialmente impactadas pelos empreendimentos do pré-sal, fortalecendo sua capacidade de participação em processos decisórios e ampliando a visibilidade de seus territórios (OTSS, 2021).

A metodologia do Projeto Povos é fundamentada na construção coletiva do conhecimento. O processo se inicia com o engajamento de lideranças locais para que a própria comunidade desenhe livremente seu território, definindo o que é importante ser mapeado. O "mapa falado" é então transposto para bases georreferenciadas, permitindo a visualização em relação a outras delimitações. O material é apresentado à comunidade para validação, correção e decisão sobre o que será publicado (OTSS, 2021).

O projeto mapeou 15 comunidades caiçaras em Mangaratiba, 40 em Paraty e 44 em Angra dos Reis. Além disso, foram mapeados pontos de interesse para os modos de vida dessas comunidades, como roças, casas caiçaras, ranchos de pesca, lajes, áreas de uso cultural e áreas de pesca. Desse mapeamento, foram gerados 1.811 registros para Paraty e 285 para Angra dos Reis. Também foram geradas publicações com os resultados da cartografia social. Entre as comunidades mapeadas do estado do RJ, foram encontradas 18 publicações. As publicações apresentam a história da comunidade e informações sobre organização social, atividades econômicas, manifestações culturais e religiosas. Essa forma de publicação é importante pois demarca a autoidentificação das comunidades, detalham a centralidade da pesca artesanal e registram os conflitos socioambientais e a resistência contínua contra restrições ambientais que criminalizam práticas ancestrais (OTSS, 2021).

Sob a perspectiva da adaptação climática, experiências como o Projeto Povos demonstram o potencial da produção participativa de informação para complementar bases governamentais de dados. Enquanto os instrumentos oficiais frequentemente operam a partir de indicadores agregados por município, a cartografia social permite identificar vulnerabilidades, usos do território, práticas de manejo dos recursos naturais e formas locais de percepção dos riscos ambientais. Essa diversidade de informação é fundamental para a

implementação das diretrizes previstas nos planos nacionais e estaduais de adaptação, que enfatizam o monitoramento de grupos vulnerabilizados, a participação comunitária e a incorporação dos conhecimentos tradicionais na formulação de políticas públicas.

Não se trata de substituir os sistemas oficiais de informação, mas de reconhecer que a produção compartilhada de dados territoriais pode contribuir para reduzir a invisibilidade histórica das comunidades tradicionais e ampliar a capacidade do Estado de identificar populações expostas aos impactos das mudanças climáticas.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os objetivos propostos foram alcançados ao evidenciar a relação entre mudanças climáticas, saúde e informação no contexto das comunidades pesqueiras artesanais do litoral fluminense. A análise dos instrumentos de adaptação demonstrou que essas populações são reconhecidas como vulneráveis aos impactos climáticos, mas dependem de informações territoriais qualificadas para que ações de monitoramento, vigilância e adaptação sejam efetivamente implementadas.

Os resultados indicaram lacunas na representação territorial dessas comunidades no estado do Rio de Janeiro, contrastando com a ampla presença da pesca artesanal ao longo da costa. Nesse contexto, experiências de cartografia social e coprodução de informação, como o Projeto Povos, demonstram o potencial de fortalecer a visibilidade territorial, subsidiar políticas públicas e contribuir para a adaptação climática em saúde. Sugere-se que estudos futuros aprofundem a análise sobre os efeitos dessas lacunas informacionais na formulação e implementação de políticas voltadas às comunidades pesqueiras tradicionais.

REFERÊNCIAS

ALBERNAZ, Diana Rocco. **O mar está para peixes?**: condições pesqueiras na região costeira do Rio de Janeiro através de sensoriamento remoto. 2023. 137 f. Dissertação (Mestrado em Meteorologia) - Instituto de Geociências, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2023. Disponível em: https://objdig.ufrj.br/10/dissert/949652.pdf. Acesso em: 22 out. 2026.

ALMEIDA, Ana Carolina Brolo de. **Diálogos entre as gentes do mar e o estado**: regulação e regularização dos territórios tradicionais pesqueiros. 2018. 189 f. Dissertação (Mestrado em Direito) - Setor de Ciências Jurídicas, Programa de Pós-Graduação em Direito, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2018. Disponível em: https://nupaub.fflch.usp.br/sites/nupaub.fflch.usp.br/files/Disserta%C3%A7%C3%A3o_%20A

na%20Carolina%20Brolo%20de%20Almeida%20_%20ficha%20(6).pdf. Acesso em: 22 out. 2026.

BRASIL. Congresso Nacional. Câmara dos Deputados**. Projeto de Lei nº 131, 05 de fevereiro de 2020**. Dispõe sobre o reconhecimento, proteção e garantia do direito ao território de comunidades tradicionais pesqueiras, tido como patrimônio cultural material e imaterial sujeito a salvaguarda, proteção e promoção, bem como o procedimento para a sua identificação, delimitação, demarcação e titulação. Apresentado pela Comissão de Legislação Participativa. Brasília, DF: Câmara dos Deputados, 5 fev. 2020. Disponível em: https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2236610. Acesso em: 22 out. 2026.

BRASIL. **Decreto nº 6.040, de 7 de fevereiro de 2007**. Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. Brasília, DF: Câmara dos Deputados, 2007. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6040.htm. Acesso em: 22 out. 2026.

BRASIL. **Lei nº 11.959, de 29 de junho de 2009**. Dispõe sobre a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável da Aquicultura e da Pesca, regula as atividades pesqueiras, revoga a Lei nº 7.679, de 23 de novembro de 1988, e dispositivos do Decreto-Lei nº 221, de 28 de fevereiro de 1967, e dá outras providências. Brasília, DF: Congresso Nacional, 2009. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/l11959.htm. Acesso em: 22 out. 2026.

BRASIL**. Decreto nº 8.750, de 9 de maio de 2016**. Institui o Conselho Nacional dos Povos e Comunidades Tradicionais. Brasília, DF: Câmara dos Deputados, 2016. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/decreto/d8750.htm. Acesso em: 22 out. 2026.

BRASIL. Ministério da Pesca e Aquicultura. **Boletim do Registro Geral do Pescador e Pescadora Profissional 2024**: boletim anual: RGP: volume II. 1. ed. Brasília, DF: Ministério da Pesca e Aquicultura, 2025. Disponível em: https://www.gov.br/mpa/pt-br/Central_Conteudos/copy_of_Boletim_RGP_2024_VOLUMEII_v003.pdf. Acesso em: 22 out. 2026.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima. **Plano Clima Adaptação**: estratégia nacional de adaptação. Brasília, DF: MMA: MCTI: CC/PR, 2025a.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima. **Plano Clima Adaptação**: plano temático de biodiversidade. Brasília, DF: MMA: MCTI, 2025b.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima. **Plano Clima Adaptação**: plano temático de oceano e zona costeira. Brasília, DF: MMA: MCTI, 2025c.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima. **Plano Clima Adaptação**: plano temático de povos e comunidades tradicionais. Brasília, DF: MMA: MCTI, 2025d.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima. **Plano setorial de saúde - AdaptaSUS**: Plano Clima Adaptação. Brasília, DF: MMA: MCTI: MS, 2025e. Disponível em: https://www.gov.br/saude/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/svsa/vigilancia-ambiental/plano-setorial-de-saude-adaptasus.pdf. Acesso em: 22 out. 2026.

BRASIL. Ministério Público Federal. **Plataforma de Territórios Tradicionais**. [*S. l.*]: MPF, 2026. Disponível em: https://territoriostradicionais.mpf.mp.br/#/comunidades. Acesso em: 25 maio 2026.

BRASIL. Ministério Público Federal. Portaria PGR/MPF nº 167, de 8 de março de 2019. Define o escopo da Plataforma de Territórios Tradicionais. Cria o Conselho Gestor e o Comitê Técnico e define suas atribuições. **DMPF-e**: Diário do Ministério Público Federal Eletrônico, Brasília, DF, Administrativo, 21 mar. 2019. Disponível em: https://biblioteca.mpf.mp.br/repositorio/items/e867f1ef-83c2-4957-95ed-573f48844ebe. Acesso em: 22 out. 2026.

BUSS, Paulo Marchiori; PELLEGRINI FILHO, Alberto. A saúde e seus determinantes sociais. **Physis**: Revista de Saúde Coletiva, Rio de Janeiro, v. 17, n. 1, p. 77-93, 2007. DOI: https://doi.org/10.1590/S0103-73312007000100006. Acesso em: 22 out. 2026.

CHATMAN, Elfreda Annmary. The impoverished life-world of outsiders. **Journal of the American Society for Information Science**, New York, v. 47, n. 3, p. 193-206, 1996. Disponível em: https://tefkos.comminfo.rutgers.edu/Courses/612/Articles/ChatmanOutsiders.pdf. Acesso em: 22 out. 2026.

DIEGUES, Antonio Carlos. **Diversidade biológica e culturas tradicionais litorâneas**: o caso das comunidades caiçaras. São Paulo: NUPAUB-USP, 1988. (Série Documentos e Relatórios de Pesquisa, n. 5).

DIEGUES, Antonio Carlos. **O mito moderno da natureza intocada**. São Paulo: Hucitec: NUPAUB-USP: CEC, 2008.

EL NIÑO pode provocar verão crítico para corais no litoral do Rio. **A Tribuna**, Niterói, 23 maio 2026. Disponível em: https://atribunarj.com.br/materia/el-nino-pode-provocar-verao-critico-para-corais-no-litoral-do-rio. Acesso em: 28 maio 2026.

EUZEBIO, Rodrigo Corrêa. Impactos socioambientais na Baía de Sepetiba, Rio de Janeiro, Brasil: desenvolvimento e restrição do território dos pescadores artesanais. **Geografares**, [*s. l.*], n. 38, 2024. DOI: https://doi.org/10.47456/geo.v4i38.44815. Acesso em: 22 out. 2026.

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, Maria Nélida. Novos cenários políticos para a informação. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 31, n. 1, p. 27-40, 2002. Disponível em: https://doi.org/10.1590/S0100-19652002000100004. Acesso em: 22 out. 2026.

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, Maria Nélida. Regime de informação: construção de um conceito. **Informação & Sociedade**: Estudos, João Pessoa, v. 22, n. 3, p. 43-60, set./dez. 2012. Disponível em: https://revistas.usp.br/pbcib/article/view/256018. Acesso em: 2 set. 2026.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Municípios defrontantes com o mar**. Rio de Janeiro: IBGE, 2024. 1 conjunto de dados (Shapefiles). Disponível em: https://acesse.one/NDXq9gr. Acesso em: 20 maio 2026.

LEÓN, Lucas Pordeus. Pescadores artesanais priorizam demarcações em 1º Plano Nacional: especulação imobiliária está entre as maiores ameaças, argumentam. **Agência Brasil**, Brasília, DF, 6 set. 2025. Disponível em: https://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2025-09/pescadores-artesanais-priorizam-demarcacoes-em-1o-plano-nacional. Acesso em: 29 maio 2026.

OBSERVATÓRIO DE TERRITÓRIOS SUSTENTÁVEIS E SAUDÁVEIS DA BOCAINA. **Territórios do Carapitanga**: Projeto Povos: território, identidade e tradição. Rio de Janeiro: OTSS: FCT: Fiocruz, 2021.

OCEANA BRASIL. **Falta de dados sobre a pesca priva pescadores de seus direitos**. [*S. l.*]: Oceana Brasil, 29 jun. 2020. Disponível em: https://brasil.oceana.org/comunicados/falta-de-dados-sobre-pesca-priva-pescadores-de-seus-direitos/. Acesso em: 30 maio 2026.

RIO DE JANEIRO (Estado). Fundação Instituto de Pesca do Estado do Rio de Janeiro. **Relatório técnico semestral RTS-03**: volume II: caracterização socioeconômica e estrutural da atividade pesqueira. Niterói: FIPERJ: FUNDEPAG: PETROBRAS, jun. 2019.

RIO DE JANEIRO (Estado). Secretaria do Ambiente. **Plano de Adaptação Climática do Estado do Rio de Janeiro**: relatório final. [Rio de Janeiro]: SEA: INEA: GAEA, 2018.

TORRES, Rafael; GIANNELLA, Letícia. A vulnerabilidade dos pescadores artesanais brasileiros: uma análise sociodemográfica. **Revista Geonorte**, Manaus, v. 11, n. 38, p. 162-185, 2020. DOI: https://doi.org/10.21170/geonorte.2020.V.11.N.38.162.185. Acesso em: 22 out. 2026.

VASCONCELLOS, Marcelo; DIEGUES, Antonio Carlos; SALES, Renato Rivaben. Limites e possibilidades na gestão da pesca artesanal costeira. *In*: COSTA, Adriane Lobo (org.). **Nas redes da pesca artesanal**. Brasília: IBAMA, 2007. p. 15-83.